

# CENTRO GREEN DEAL

COMPRAS PÚBLICAS  
CIRCULARES

**PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA  
REALIZADOS NO ÂMBITO DA 2.ª EDIÇÃO DO  
CENTRO GREEN DEAL**



AGENDA DE ECONOMIA  
CIRCULAR DO CENTRO

# CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE PAPEL DE CÓPIA E IMPRESSÃO, EM  
REGIME CONTÍNUO ATÉ 2027, ATRAVÉS DE CRITÉRIOS  
DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA ECOLÓGICA

**Consulta prévia**

(Alínea c) do n.º 1 do Artigo 20.º  
do Código dos Contratos Públicos)



AGENDA DE ECONOMIA  
CIRCULAR DO CENTRO

## **NOTA**

Este procedimento de contratação pública foi realizado no contexto da 2.ª edição do Centro Green Deal em Compras Públicas Circulares - uma iniciativa dinamizada pela CCDR Centro no âmbito da Agenda de Economia Circular do Centro. Para salvaguarda da proteção de dados e da confidencialidade das respetivas instituições participantes, este documento foi devidamente anonimizado.

# Índice

<b>Capítulo I - Disposições Gerais .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto do contrato a celebrar .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo Contratual .....	4
<b>Capítulo II - Obrigações das Partes.....</b>	<b>5</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações do Cocontratante .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Conformidade do fornecimento a prestar .....	6
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Garantia técnica.....	7
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Trabalhadores afetos ao fornecimento .....	7
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais .....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Prazo do dever de sigilo .....	8
<b>Capítulo III - Obrigações da entidade pública contratante .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Preço base e preço contratual .....	9
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Faturação .....	10
<b>Capítulo IV - Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato .....</b>	<b>12</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....	12
<b>Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução .....</b>	<b>13</b>
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Disposições Gerais.....	13
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Resolução por parte do contraente .....	13
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Resolução por parte do cocontratante.....	14
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Caução.....	14
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Seguros .....	15
<b>Capítulo VI - Disposições Finais.....</b>	<b>16</b>
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Casos de Força maior .....	16

Cláusula 20. <sup>a</sup> - Deveres de informação e comunicações .....	17
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Foro competente .....	17
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Direito aplicável e natureza do contrato .....	17
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	17
Cláusula 24. <sup>a</sup> - Garantias de dignidade no acesso ao trabalho .....	18
<b>Capítulo VII - Especificações Técnicas.....</b>	<b>19</b>
Cláusula 25. <sup>a</sup> - Especificações técnicas gerais.....	19
<b>ANEXO A - Mapa de quantidades.....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO B- Local de Entrega dos Bens .....</b>	<b>25</b>

## Capítulo I - Disposições Gerais

### Cláusula 1.ª - Objeto do contrato a celebrar

1. O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a entidade pública contratante, na sequência de um procedimento por **consulta prévia**, para a **aquisição de bens móveis**, que tem por objeto principal a **“Aquisição de papel de cópia e impressão, em regime contínuo até 2027, através de critérios de contratação pública ecológica”** nos termos melhor definidos no presente documento e respetivos anexos.
2. O presente procedimento compreende os seguintes artigos:
  - Resma de papel para fotocópia e impressão, formato A4, 80gr (P01);
  - Resma de papel para fotocópia e impressão, formato A3, 80gr (P02);
3. Trata-se de um procedimento de aquisição de bens móveis que tem por objeto o fornecimento contínuo de papel de fotocópia e impressão, para assegurar o normal funcionamento de serviços afetos à entidade pública contratante.
4. A adjudicação do procedimento é efetuada por LOTES, devendo os interessados apresentar proposta a todos os lotes a concurso.
5. É **obrigatório para todos os lotes**, preencher todos os preços unitários de todos os bens a adquirir.
6. Considera-se que o CPV adequado, para o presente procedimento é o seguinte: 30197643 - 5 - Papel para fotocópia.
7. As quantidades concursadas foram apuradas com base nos consumos dos anos anteriores.
8. O fornecimento não poderá exceder as quantidades e os valores contratualizados para cada lote.

### Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e respectivos anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;
  - f) O respetivo clausulado e os seus anexos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pela entidade pública contratante, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo cocontratante, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª - Prazo Contratual**

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga ou envio da requisição externa, caso aplicável, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital qualificada, mantendo-se em vigor até **31 de dezembro de 2027**, não renovável, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o cocontratante mais de um representante e outorgando o contrato com assinatura(s) digital(is), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital.

## Capítulo II - Obrigações das Partes

### Cláusula 4.ª - Obrigações do Cocontratante

1. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de cumprir com as especificações técnicas, requisitos mínimos e os níveis de serviço estabelecidos no **Capítulo VII - Especificações Técnicas**;
  - b) Obrigação de assegurar as quantidades a fornecer, mencionadas no **Anexo A - Mapa de Quantidades**, até ao término do contrato;
  - c) Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações a designar pela entidade pública contratante, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento;
  - d) Obrigação de prestar à entidade pública contratante, ou à entidade por ela designada, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
  - e) Obrigação de responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do cocontratante;
  - f) Obrigação de disponibilizar simultaneamente com a entrega dos materiais, sempre que enquadrável, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários à boa e integral utilização dos materiais;
  - g) Todas as despesas e custos com o transporte e entrega do material objeto do contrato são da responsabilidade do cocontratante;
  - h) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade pública contratante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento, ou

o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade pública contratante;

i) Não alterar as condições do fornecimento do presente caderno de encargos, salvo autorização da entidade pública contratante;

j) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato sem prévia autorização da entidade pública contratante;

k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

l) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontre envolvidos;

m) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

n) Respeitar, no que seja aplicável ao fornecimento a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação em vigor, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções dos fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, combustíveis, seguros e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento contratado, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4. O cocontratante fica ainda obrigado à colaboração com a entidade pública contratante nas iniciativas que possam vir a ser desenvolvidas por esta última, desde que incluídas no âmbito do objeto deste procedimento.

#### **Cláusula 5.ª - Conformidade do fornecimento a prestar**

1. O cocontratante obrigar-se-á a entregar à entidade pública contratante os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos;

2. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento;
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens e bem assim à responsabilidade do cocontratante e direitos da entidade pública contratante;
4. O cocontratante será responsável perante a entidade pública contratante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 6.ª - Garantia técnica**

O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 7.ª - Trabalhadores afetos ao fornecimento**

1. O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.ºA do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:
  - a. Sendo a vigência do contrato **superior a 1 ano**, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
  - b. Sendo a vigência do contrato **igual ou inferior a 1 ano**, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços
2. São aplicáveis as exceções previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

#### **Cláusula 8.ª - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais**

1. O cocontratante compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, quer por si própria, quer por qualquer pessoa, que no âmbito da adjudicação exerça funções por sua conta, obrigando-se igualmente a não utilizar essa informação para outros fins que não os do objeto do presente procedimento.

2. O cocontratante obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pela entidade pública contratante como confidenciais, nomeadamente, bem como toda a demais informação provada ou de propriedade da entidade pública contratante, adquirida no decurso de toda a atividade ou de qualquer outra informação que venha a tomar conhecimento por força da execução do contrato (“Informação Confidencial”).
3. O cocontratante obriga-se a observar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pela entidade pública contratante, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela, sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O cocontratante, obriga-se ainda, nos termos do disposto na legislação nacional e comunitária relativa a Proteção de Dados, a:
  - a) Não realizar o tratamento da informação obtida a que tiver acesso a não ser para a finalidade que lhe foi solicitada pela entidade pública contratante e que é objeto do contrato;
  - b) Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
  - c) Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do contrato, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
  - d) Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessário e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

#### **Cláusula 9.ª- Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## Capítulo III - Obrigações da entidade pública contratante

### Cláusula 10.ª - Preço base e preço contratual

1. Nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, é fixado o preço base para a aquisição de bens móveis em **9.428,86 €** (nove mil, quatrocentos e vinte e oito euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido, sendo este o montante máximo que a entidade pública contratante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, dividido pelos seguintes anos:

Tabela 1 - Montante máximo a pagar pela entidade pública contratante, por ano

Ano	Montante máximo a Pagar (€) sem iva
2025	3.140,71€
2026	3.111,68€
2027	3.176,47€

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, combustíveis, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade pública contratante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

### Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total do fornecimento serão de acordo com as seguintes condicionantes:
  - a) Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme ponto n.º 1 do artigo 299.º do CCP, após apresentação da respetiva fatura.

- b) Em caso de discordância por parte da entidade pública contratante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através transferência bancária.
3. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 12.ª - Faturação**

1. A fatura a apresentar pelo cocontratante à entidade pública contratante, emitida em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
- a) Ser emitida após o fornecimento, podendo ser mensal, caso seja enquadrável, objeto do contrato e aceitação pela entidade pública contratante;
  - b) Conter o número de compromisso e/ou requisição emitida pela entidade pública contratante;
  - c) Indicar o preço global;
  - d) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. O cocontratante deve proceder à **emissão das faturas em formato eletrónico (EDI)**, se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de abril. pelo Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.
4. A entidade pública contratante aderiu ao Portal da YET para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pelo grupo Primavera. Nesse sentido deve ser

considerado que o broker é a YET e o pedido de ligação deverá ser efetuado para o email [intervan@yetspace.com](mailto:intervan@yetspace.com).

5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o cocontratante consultar a informação disponível no sítio web da entidade pública contratante.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela entidade pública contratante não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

## **Capítulo IV - Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato**

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. Os poderes de acompanhamento e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, previsto no artigo 290.º-A do CCP, ao qual se delega:
  - a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo.º 325.º do CCP para que o cocontratante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada;
  - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 4.<sup>a</sup> e cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

## **Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Disposições Gerais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade pública contratante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, designadamente pelo incumprimento das datas e prazos do fornecimento objeto do contrato, ou pelo não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, haverá lugar à aplicação de uma penalidade pecuniária específica correspondente a 10% (dez por cento) do preço unitário do fornecimento incumprido.
2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao fornecimento cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Resolução por parte do contraente**

1. O contrato poderá ser objeto de resolução, sempre que se verifique o incumprimento por parte do cocontratante das condições estabelecidas ou de outras obrigações contratuais, ou este não tenha sanado a sua atuação no prazo para o efeito fixado, designadamente quando:

- a) O cocontratante sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar quaisquer registos ou informações que deva prestar à entidade pública contratante;
  - b) O cocontratante demonstrar, consecutivamente, negligência no cumprimento das suas obrigações;
  - c) Se o cocontratante menosprezar a sua responsabilidade e não corresponder aos objetivos estabelecidos no fornecimento;
  - d) Em qualquer altura se verificar que o cocontratante não deu aos trabalhos o desenvolvimento previsto previamente acordado;
  - e) Ocorrer a caducidade ou perda de Alvarás e Licenças de atividade por parte do cocontratante;
  - f) Pelo atraso na conclusão do fornecimento ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito da entidade pública contratante vir a ser ressarcido dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do cocontratante que terá levado à resolução.
3. A resolução nas condições expressas no n.º 1 da presente cláusula será comunicada ao cocontratante através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 30 (trinta) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.

#### **Cláusula 16.ª - Resolução por parte do cocontratante**

- 1. O cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Cláusula 17.ª - Caução**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução pelo cocontratante.

### **Cláusula 18.ª - Seguros**

1. O cocontratante obriga-se a contratar seguros que garantam a cobertura dos riscos e danos, direta ou indiretamente, emergentes da sua atividade, nos termos impostos pela legislação em vigor aplicável ao caso concreto.
2. A entidade pública contratante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

## Capítulo VI - Disposições Finais

### Cláusula 19.<sup>a</sup> - Casos de Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados as sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 20.ª - Deveres de informação e comunicações**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 7 (sete) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
4. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou correio eletrónico, entre o Gestor de contrato designado pela entidade pública contratante e o cocontratante.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 7 (sete) dias.

#### **Cláusula 21.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal da área geográfica da entidade pública contratante, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 22.ª - Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

#### **Cláusula 24.ª - Garantias de dignidade no acesso ao trabalho**

O cocontratante deverá garantir, em matéria de dignidade no acesso ao trabalho, nos casos aplicáveis, o estipulado do artigo 419-A do CCP.

## Capítulo VII - Especificações Técnicas

### Cláusula 25.<sup>a</sup> - Especificações técnicas gerais

Os requisitos técnicos e funcionais infra indicados deverão ser cumpridos integralmente:

- i. Fornecimento contínuo de papel de fotocópia e impressão com listagem em anexo, até ao montante do preço base estabelecido para cada um dos lotes;
- ii. Serão efetuados no máximo 2 (dois) pedidos ao longo da vigência do contrato de cada um dos lotes;
- iii. Obrigação de assegurar a garantia dos bens objeto do contrato;
- iv. Obrigação de manter inalterável durante o prazo de vigência do contrato, o preço proposto para a aquisição dos bens objeto do presente caderno de encargos;
- v. Os bens objeto do contrato devem ser colocados à disposição da entidade pública contratante, mediante necessidade e após envio de requisição externa, no serviço de reprografia de uma unidade de ensino (Lotes 1 e 3) e no armazém de economato da entidade pública contratante (Lotes 2 e 4) ou, em casos excepcionais, em local a indicar dentro dos limites territoriais da área geográfica de abrangência da entidade pública contratante, **no prazo máximo de 48 horas**, contados após o envio por correio eletrónico da requisição;
- vi. Em determinadas circunstâncias que o justifiquem, **nomeadamente situações de urgência**, o cocontratante obriga-se a fornecer os bens solicitados até **24 horas** após solicitação.
- vii. **Entregar**, até data limite de apresentação de proposta, no Edifício da entidade pública contratante, das 09:00 às 16:30, **uma amostra de uma resma A4 e A3**, para que possamos verificar a conformidade do bem;
- viii. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa através da modalidade '**multifator**', conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP. De acordo com esta modalidade, o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar e tendo em conta que as peças do procedimento definem todas as condições do fornecimento a contratualizar. Consideram-se os seguintes fatores, subfactores e respetivos coeficientes de ponderação e expressões matemáticas.

F1 - Preço: com uma ponderação de 40%

F2 - Sustentabilidade ambiental: com uma ponderação de 60%

Em que:

### **F1 - Preço (40%)**

Ao fator de avaliação “Preço” será atribuído uma pontuação de valor igual ou inferior a 20. A classificação é atribuída pela aplicação da seguinte fórmula:

$$F1 = \left( \frac{Pb - Pp}{Pb} \right) \times 20$$

Em que:

$Pp$  = valor da proposta do lote em análise;  $Pb$  = preço base do lote em análise.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

### **F2 - Sustentabilidade ambiental (60%)**

Este fator subdivide-se em dois subfactores, com a seguinte ponderação:

F2.1 - Certificação ambiental do fornecedor - 30%

F2.2 - Sustentabilidade do produto - 70%

A pontuação deste fator (F2) resulta da seguinte fórmula:

$$F2 = (0,30 \times F2.1) + (0,70 \times F2.2)$$

Em que:

F2.1 = pontuação atribuída ao subfactor “*Certificação ambiental do fornecedor*”, resultante do somatório de todos os valores parciais atribuídos em cada um dos conjuntos de atributos do respetivo descritor.

F2.2 = pontuação atribuída ao subfactor “*Sustentabilidade do produto*”, resultante do somatório de todos os valores parciais atribuídos em cada um dos conjuntos de atributos do respetivo descritor.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

#### **F2.1 - Densificação do subfactor “Certificação ambiental do fornecedor” (30%):**

Este subfactor é classificado de acordo com o descritor abaixo indicado, organizado por um atributo (comprovado através da apresentação de certificados), com uma escala de valores própria. Do somatório dos valores parciais atribuídos em cada um dos atributos resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte).

<b>F2.1 - Certificação ambiental do fornecedor</b>		<b>Valores</b>
A	Fornecedor certificado segundo a ISO 14.001 e/ou EMAS (com entrega de comprovativo)	20
	Fornecedor não certificado segundo a ISO 14.001 e/ou EMAS (ou comprovativo não entregue)	0

#### **F2.2 - Densificação do subfactor “Sustentabilidade do produto” (70%):**

Este subfactor é classificado de acordo com o descritor abaixo indicado, organizado por conjuntos de atributos (comprovados através da apresentação de certificados), com uma escala de valores própria. Caso um produto possa ser enquadrado em mais do que uma classe de valores num determinado atributo, será atribuído o valor mais elevado.

Do somatório dos valores parciais atribuídos em cada um dos atributos resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte).

F2.2 - Sustentabilidade do produto		Valores
A Rótulo ecológico	O papel tem pelo menos um dos seguintes rótulos ecológicos: EU Ecolabel, Blue Angel, FSC 100%, PEFC ou equivalente	5
	O papel não tem nenhum dos rótulos ecológicos referidos	0
B Cloro	O papel é TCF (Totalmente Livre de Cloro) / PCF ( <i>Process Chlorine Free</i> ) e ECF (Livre de Cloro Elementar)	5
	O papel é TCF (Totalmente Livre de Cloro) / PCF ( <i>Process Chlorine Free</i> ) ou ECF (Livre de Cloro Elementar)	3
	O papel não é TCF (Totalmente Livre de Cloro) nem ECF (Livre de Cloro Elementar)	0
C Eficiência material	O papel contém fibras recuperadas e é fabricado a partir de um total de pelo menos 25% de fibras de papel recuperadas	8
	O papel contém fibras recuperadas e é fabricado a partir de um total de menos de 25% de fibras de papel recuperadas	5
	O papel é fabricado a partir de fibras virgens provenientes de fontes legais e/ou sustentáveis.	3
	O papel é fabricado a partir de fibras virgens sem comprovativo de serem provenientes de fontes legais e/ou sustentáveis.	0
D Embalagem	O papel é embalado em material reciclável e sem plástico.	2
	O papel é embalado em material não reciclável ou contendo plástico.	0

**Forma de cálculo da pontuação global de cada proposta, por lote:**

i. Escala de Pontos de cada fator: (0 - 20);

ii. A pontuação de cada fator resultará do somatório dos pontos atribuídos a cada um dos fatores acima expostos;

iii. A pontuação global de cada proposta resulta da seguinte fórmula:

$$\mathbf{PG(p) = [0,4 \times p(F1)] + [0,6 \times p(F2)]}$$

Em que:

**PG(p)** = Pontuação global a atribuir à proposta, por lote; **p(F1)** = pontuação total atribuída ao fator F1 da proposta; **p(F2)** = pontuação total atribuída ao fator F2 da proposta

É considerada economicamente mais vantajosa a proposta cuja pontuação PG(p) se encontrar mais próxima do valor máximo de 20 (vinte).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

## ANEXO A - Mapa de quantidades

Na tabela seguinte são apresentadas as quantidades:

Tipo de Produto	Lote	2025		2026		2027	
		Quantidade	Un	Quantidade	Un	Quantidade	Un
Papel Fotocópia A4, 80 gramas	1 - Descentralização Educação	250	Resma	250	Resma	250	Resma
Papel Fotocópia A3, 80 gramas	1 - Descentralização Educação	5	Resma	5	Resma	5	Resma

Papel Fotocópia A4, 80 gramas	2 - Serviços Municipais	750	Resma	750	Resma	750	Resma
Papel Fotocópia A3, 80 gramas	2 - Serviços Municipais	10	Resma	10	Resma	10	Resma

## **ANEXO B- Local de Entrega dos Bens**

1. Os bens objeto do contrato serão entregues, conforme requisição enviada pelos serviços da entidade pública contratante, via correio eletrónico, no seguinte local:
  - **Reprografia da** Unidade de Ensino, sita em XXXXXXXXXX, Lotes 1 e 3;
  - **Armazém de Economato da entidade pública contratante**, sito na XXXXXXXXXX, Lotes 2 e 4.
2. As entregas deverão ser sempre acompanhadas por fatura ou guia de transporte e efetuadas de acordo com o seguinte horário geral de entrega dos bens, de segunda-feira a sexta-feira, conforme o horário indicado:
  - a. **Reprografia da** Unidade de Ensino - até às 14h00;
  - b. **Armazém de Economato da entidade pública contratante** - 9h00 às 15h00.
3. **O prazo máximo de entrega dos produtos após envio da requisição dever ser de 48 horas.**
4. A entrega dos bens que não tenha sido precedida da respetiva requisição é da responsabilidade do cocontratante, pelo que será recusado o processamento da respetiva fatura.
5. Assegurar a substituição dos bens que tenham sido alvo de rejeição por deficiência de qualidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, independentemente do local de entrega definido para a requisição, suportando todos os encargos daí decorrentes.